

Planalto adia a divulgação dos nomes da Comissão Constitucional

BRASILIA — O Palácio do Planalto anunciou ontem à noite o adiamento da divulgação do decreto e da lista de integrantes da Comissão Constitucional encarregada de preparar um texto que será entregue, como contribuição, à Assembléia Constituinte. Os porta-vozes do Planalto disseram desconhecer quando o decreto e a lista serão divulgados, apesar de o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, ter chegado a marcar uma entrevista, mais tarde cancelada, com esse objetivo.

Ao meio-dia, após audiência de 40 minutos com o Presidente José Sarney no Palácio do Planalto, Lyra informou que o decreto já tinha sido assinado e que até as 17 horas a Presidência enviaria uma lista, com cerca de 50 nomes, ao Ministério da Justiça. Acrescentou que a Comissão será instalada a 15 de agosto e que seu trabalho demorará oito meses.

Durante todo o dia de ontem, houve informações desencontradas sobre a questão. Assessores do Gabinete Civil confirmaram que a lista de nomes é um documento anexo ao decreto, mas não explicaram por que, mas uma vez, a sua divulgação foi retardada. O Assessor Especial da Presidência, Célio Borja, dizia à tarde que o atraso se devia à necessidade de uma nova revisão no texto do decreto. Na semana passada, quando Lyra apresentou um esboço do documento, o próprio Presidente Sarney fez modificações no texto, e o encaminhou ao Gabinete Civil para um exame técnico, a fim de evitar incorreções, como ocorreu com outros decretos recentemente.

Fontes do Gabinete Civil informaram que Sarney estava preocupado em deixar claro, no texto, que o trabalho da Comissão Constitucional é apenas um subsídio

para a Assembléia Constituinte, que poderá ser aceito ou rejeitado pelos Deputados e Senadores, sem qualquer condicionamento do resultado de suas deliberações.

Sanado o problema técnico do decreto, a divulgação da Comissão esbarrou ontem na lista de seus integrantes, que o Presidente considerou muito longa. A previsão inicial de 30 nomes foi ampliada para cerca de 50 face à necessidade de compatibilizar as três principais sugestões levadas ao Presidente: uma relação de 33 nomes deixada pelo Presidente Tancredo Neves, outros 30 nomes apresentados pelo jurista Afonso Arinos, além de nomes da preferência do Presidente Sarney e do próprio Ministro Fernando Lyra.

Ontem pela manhã o Ministro deixou com o Presidente mais uma lista, compatibilizando todos os nomes. Sarney ficou de devolvê-la mais tarde, com a aprovação dos nomes apresentados ou a sugestão de alguns outros. No início da noite, entretanto, seus assessores informavam que o decreto não fora assinado nem a lista tivera um parecer final.

O ex-Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, que foi sondado para integrar a Comissão, esteve ontem no final da tarde com Sarney, mas deixou o Planalto pela saída privativa, evitando a imprensa. Os porta-vozes da Presidência disseram desconhecer se Sarney fez um convite formal a Leitão de Abreu, apesar das especulações de que o Presidente estava aguardando uma resposta do ex-Ministro para divulgar a relação final de integrantes da Comissão.

O Ministro Lyra, que ao sair do Planalto, pela manhã, disse que o decreto seria divulgado ontem, permaneceu à tarde em

seu gabinete aguardando a lista dos componentes da Comissão — que estava sendo definida pelo Presidente Sarney mas, no início da noite, mandou dizer por seus assessores que “não tinha o que falar”.

A assessoria do Ministro, desorientada, não sabia explicar o motivo do atraso, informando apenas que o Presidente havia prometido ao Ministro enviar a lista até o final do expediente de ontem. Diante de rumores de que haveria divergências a respeito de uma possível inclusão do ex-Ministro Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, na lista, Lyra mandou dizer que não viu nenhum indício ou indicação da participação de jurista na Comissão.

Apesar de afirmarem que a questão pendente era a lista, havia dúvidas até mesmo sobre a assinatura do decreto de criação da Comissão, que sofreu novas modificações na manhã de ontem, desta vez com a participação do Secretário-Geral do Ministério, José Paulo Cavalcanti Filho. A Assessoria de Imprensa de Lyra sustentou que o decreto já estava assinado, mas seu Chefe de Gabinete, Cristóvam Buarque, afirmou não ter nenhuma confirmação.

Apesar de não definida ainda, já que está sofrendo modificações pelo Presidente José Sarney, a lista que saiu do Ministério da Justiça incluía o nome do pianista Arthur Moreira Lima. Embora não confirmado, o nome do pianista faz parte das “inclusões de última hora” — nomes que não estavam nas relações anteriores. O Presidente Tancredo Neves e do jurista Afonso Arinos — assim como o do escritor Jorge Amado e do empresário Antônio Ermírio de Moraes.

O GLOBO 16 JUL 1985